

TEMAS CORRENTES DA ADVOCACIA EMPRESARIAL

*Coletânea de artigos jurídicos publicados
pelos profissionais do Teixeira Fortes
Advogados Associados*

CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES
VINICIUS DE BARROS
(Organizadores)

TEMAS CORRENTES
DA ADVOCACIA
EMPRESARIAL

*Coletânea de artigos jurídicos publicados
pelos profissionais do Teixeira Fortes
Advogados Associados*

EDITORA
LUX

São Paulo — 2022

Copyright © 2022 por Cylmar Pitelli Teixeira Fortes e Vinicius de Barros (organizadores)
Temas Correntes da Advocacia Empresarial: Coletânea de artigos jurídicos publicados pelos profissionais do Teixeira Fortes Advogados Associados
Cylmar Pitelli Teixeira Fortes e Vinicius de Barros (organizadores)

1ª Edição
1ª tiragem – novembro de 2022

Edição
Editora Lux
Revisão:
Editora Lux
Diagramação:
Editora Lux
Capa:
Editora Lux

ISBN 978-65-5913-481-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
Bibliotecária responsável – Simone da Rocha Bittencourt – 10/1171

T278
Temas correntes da advocacia empresarial : Coletânea de artigos jurídicos publicados pelos profissionais do Teixeira Fortes Advogados Associados / [organizado por] Cylmar Pitelli Teixeira Fortes, Vinicius de Barros. – São Paulo, SP: Ed. Lux, 2022.
432 p. ; 16 x 23 cm.;

ISBN 978-65-5913-481-6

CDU: 34
CDD: 340

Índice para catálogo sistemático

1. Direito. 2. Advocacia empresarial. 3. Direito processual civil. 4. Direito empresarial.
5. Direito imobiliário. 6. Direito tributário. 7. Direito trabalhista. 8. Artigos jurídicos.
- I. Fortes, Cylmar Pitelli Teixeira. II. Barros, Vinicius de. III. Título.

Editora Lux

R. Boa Esperança, 229 — Sala 17
CEP: 03408-000 São Paulo — SP
Tel.: 11 4213-0401 | WhatsApp: 11 95916-6965
E-mail: contato@editoralux.com.br

Este livro é uma coletânea comemorativa de artigos jurídicos escritos pelos profissionais do **Teixeira Fortes Advogados**, em suas respectivas áreas de atuação dentro do escritório. Os textos foram mantidos tal como escritos, e seu conteúdo refere-se ao momento da publicação. O conteúdo é essencialmente prático e voltado ao direito aplicado, não tendo por isso nenhuma pretensão acadêmica.

SUMÁRIO

PARTE I

*DIREITO APLICADO AOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS (FIDC), FACTORINGS E SECURITIZADORAS*

A NOVA LEI DA DUPLICATA ESCRITURAL, AVANÇO E CHANCE PERDIDA	17
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS E OS REFLEXOS EM OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO	21
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
SUPRESSÃO DE GARANTIAS NOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	27
<i>ROBERTO CALDEIRA BRANT TOMAZ</i>	
STAY PERIOD E GARANTIAS FIDUCIÁRIAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	34
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE TUDO	37
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NÃO DEPENDE DE PROVA DA INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR	39
<i>MOHAMAD FAHAD HASSAN</i>	
A ALTERAÇÃO DA NATUREZA DO CRÉDITO NA HIPÓTESE DE CESSÃO	44
<i>MAYARA MENDES DE CARVALHO</i>	
A INTIMAÇÃO DO DEVEDOR FIDUCIANTE SOBRE OS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS	50
<i>PAULO ERNESTO MARIANO SCHWARZ</i>	

GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE FIDC	56
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
A NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA AO CONTRATO E A PERDA DA SUA ABSTRAÇÃO E AUTONOMIA	59
<i>MOHAMAD FAHAD HASSAN</i>	
CREDOR NÃO RENUNCIA À GARANTIA FIDUCIÁRIA SE EXECUTAR OUTROS BENS	63
<i>ROBERTO CALDEIRA BRANT TOMAZ</i>	
A CONSTRIÇÃO DE BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL POR CREDOR EXTRACONCURSAL	68
<i>THAÍS DE SOUZA FRANÇA</i>	
O COMPARTILHAMENTO DE GARANTIA EM OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO	73
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
MEÇÃO QUE DEVE RECAIR SOBRE O VALOR DA AVALIAÇÃO DE IMÓVEL, E NÃO DA ARREMATACÃO	78
<i>MOHAMAD FAHAD HASSAN</i>	
CRAM DOWN E ABUSO DE DIREITO DE VOTO NAS ASSEMBLEIAS DE CREDITORES	82
<i>ROBERTO CALDEIRA BRANT TOMAZ</i>	
A CÉDULA IMOBILIÁRIA RURAL (CIR) COMO LASTRO DE OPERAÇÕES DE CESSÃO	87
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
A COBRIGAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE FIDC	91
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
A LEI DA DUPLICATA ESCRITURAL	94
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
O CREDOR DEVE ESTAR ATENTO À SUCESSÃO EMPRESARIAL IRREGULAR DO DEVEDOR	96
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
O PROTESTO DE NOTA PROMISSÓRIA DIGITAL	102
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	

PARTE II	
<i>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</i>	
O DIREITO LÍQUIDO: LEGALIDADE E JURISPRUDÊNCIA E M NOSSO TEMPO	107
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
AS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DE BENS DO EXECUTADO: ADJUDICAÇÃO, ARREMATACÃO E ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR	110
<i>MOHAMAD FAHAD HASSAM</i>	
AGRAVO DE INSTRUMENTO: CABÍVEL EM QUALQUER HIPÓTESE?	119
<i>FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA</i>	
MEDIDAS ATÍPICAS EM OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS: PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 139, IV DO CPC/2015	124
<i>CAMILLA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE</i>	
TIMESHEET PARA JUÍZES!	143
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
A PENHORA SOBRE O FATURAMENTO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDÊNCIA	146
<i>ISABELA ALMEIDA RODRIGUES</i>	
HIPOTECA JUDICIÁRIA PODE GARANTIR A EFICÁCIA DAS EXECUÇÕES JUDICIAIS	153
<i>ROSANA DA SILVA ANTUNES IGNACIO</i>	
ADVOCACIA GREENFIELD: DESAFIOS DO JOVEM ADVOGADO	157
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
PARTE III	
<i>DIREITO EMPRESARIAL, CIVIL E IMOBILIÁRIO</i>	
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E JURISPRUDÊNCIA	163
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
O ANTIGO SÓCIO E AS CHANCES DE SER COBRADO POR DÍVIDAS DA SOCIEDADE	166
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	

LGPD: O QUE FAZER PARA SE ADEQUAR?	169
<i>FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA</i>	
O SALDO DEVEDOR DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL	174
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
O IMPACTO DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS	177
<i>ORLANDO QUINTINO MARTINS NETO</i>	
SÓCIO DE EMPRESA FALIDA PODE EXERCER NOVA ATIVIDADE EMPRESÁRIA	180
<i>ROBERTO CALDEIRA BRANT TOMAZ</i>	
SEGURANÇA JURÍDICA DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS APÓS A LEI Nº 13.097/2015	186
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES; MAYARA MENDES DE CARVALHO</i>	
INVALIDADE E INEFICÁCIA DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS DAS S/A	195
<i>VIVIANE RAMOS NOGUEIRA</i>	
A VALIDADE DAS ASSINATURAS ELETRÔNICAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS	202
<i>MARSELLA MEDEIROS ARAUJO BERNARDES</i>	
A RESPONSABILIDADE DOS BANCOS PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS AO CLIENTE NA HIPÓTESE DE ACESSO INDEVIDO ÀS CONTAS BANCÁRIAS POR MEIO DO CELULAR	208
<i>PATRICIA COSTA AGI COUTO</i>	
RESPONSABILIDADE CIVIL DO WHATSAPP PELA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA	212
<i>CAMILA ALMEIDA GILBERTONI</i>	
O CONTROLE SOCIETÁRIO NA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	221
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
CDC OU LEI DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: QUAL LEI DEVE SER APLICADA NA RESOLUÇÃO DE CONTRATOS IMOBILIÁRIOS?	224
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES; ROSANA DA SILVA ANTUNES IGNACIO</i>	

LGPD: QUEM SÃO OS ATORES?	238
<i>FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA</i>	
POR DENTRO DA “RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL”	242
<i>ROBERTO CALDEIRA BRANT TOMAZ</i>	
ADMINISTRADOR NÃO EMPREGADO DE LIMITADA	246
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS</i>	
GRAVAME EM VEÍCULOS EM GARANTIA É VIA-CRUCIS JURÍDICA	249
<i>MARSELLA MEDEIROS ARAUJO BERNARDES</i>	
É POSSÍVEL APLICAR A LEI DO DISTRATO A UM CONTRATO ANTERIOR A SUA VIGÊNCIA?	255
<i>PATRÍCIA COSTA AGI COUTO</i>	
NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E A POSSIBILIDADE DE PREVER MEDIDAS CONSTRITIVAS NOS CONTRATOS	258
<i>ROSANA DA SILVA ANTUNES IGNACIO</i>	
AS ETAPAS DO PROCEDIMENTO DE DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE OU UTILIDADE PÚBLICA E POR INTERESSE SOCIAL	262
<i>FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA</i>	
PARTE IV	
<i>DIREITO TRIBUTÁRIO</i>	
DISTORÇÕES DO MANICÔMIO TRIBUTÁRIO	269
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO NA FALÊNCIA DE SOCIEDADE LIMITADA	271
<i>VINICIUS DE BARROS</i>	
O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	279
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS	289
<i>ROMÁRIO ALMEIDA ANDRADE</i>	

A REGULARIDADE FISCAL E A FRAUDE CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	296
<i>VINICIUS DE BARROS</i>	
REFORMAS TRIBUTÁRIAS E DECISÕES DO STF.....	309
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	
A PRETENSA FRAUDE CONTRA O FISCO NA ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS	313
<i>MARCELO AUGUSTO DE BARROS; VINICIUS DE BARROS</i>	
FACTORING NÃO DEVE RECOLHER ISS SOBRE RECEITA DE DESÁGIO	317
<i>ROMÁRIO ALMEIDA ANDRADE</i>	
MAIS UM CAPÍTULO DA “TESE DO SÉCULO”: A EXCLUSÃO DO ICMS DO CÁLCULO DOS CRÉDITOS DE PIS E COFINS	321
<i>VINICIUS DE BARROS</i>	
A INCONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR	329
<i>VICTÓRIA BARBOSA BONFIM</i>	
A TRIBUTAÇÃO DO PERDÃO DE DÍVIDA DE PESSOA FÍSICA.....	344
<i>VINICIUS DE BARROS</i>	
AS PREFEITURAS E SUAS TAXAS ILEGAIS.....	352
<i>ROMÁRIO ALMEIDA ANDRADE</i>	
A TRIBUTAÇÃO DO PRÊMIO PAGO AOS EMPREGADOS.....	356
<i>VINICIUS DE BARROS</i>	
BREVES NOTAS SOBRE A TRIBUTAÇÃO DA RECEITA COM A CESSÃO DE CCB.....	359
<i>VINICIUS DE BARROS</i>	
A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO REIQ PARA EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE PRODUTOS QUÍMICOS	364
<i>VINICIUS DE BARROS; ROMÁRIO ALMEIDA ANDRADE</i>	

SIMPLICIDADE: O DENOMINADOR COMUM ENTRE EFICIÊNCIA E EQUIDADE.....	370
<i>CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES</i>	

PARTE V
TRABALHISTA

SÓCIO EM COMUM NÃO É SUFICIENTE PARA CARACTERIZAR GRUPO ECONÔMICO ENTRE EMPRESAS.....	383
<i>EDUARDO GALVÃO ROSADO</i>	
A EXTINÇÃO DAS HORAS <i>IN ITINERE</i> E O SEU REFLEXO NO ACIDENTE ENTRE A RESIDÊNCIA E O LOCAL DE TRABALHO	387
<i>THIAGO ALBERTIN GUTIERRE</i>	
ACORDO EXTRAJUDICIAL E A ABRANGÊNCIA DA SUA QUITAÇÃO	393
<i>EDUARDO GALVÃO ROSADO; PEDRO HENRIQUE FERNANDES DE SOUZA</i>	
EMPRESA PODE TERCEIRIZAR TODAS AS SUAS ATIVIDADES	402
<i>EDUARDO GALVÃO ROSADO</i>	
FACTORING NÃO DEVE RESPONDER POR DÍVIDAS TRABALHISTAS DA FATURIZADA	413
<i>EDUARDO GALVÃO ROSADO</i>	
FAMÍLIA PODE RESPONDER POR DÍVIDAS COM EMPREGADOS DOMÉSTICOS	418
<i>THIAGO ALBERTIN GUTIERRE</i>	
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O REGIME DE SOBREAVISO	422
<i>DENIS ANDREETA MESQUITA</i>	
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O REGIME HOME OFFICE	426
<i>EDUARDO GALVÃO ROSADO</i>	